

Parque Municipal Américo Renné Giannetti: o papel do design em sua revitalização ambiental na década de 1990

Deborah Camila Viana Cardoso

INTRODUÇÃO

Este capítulo é resultado de pesquisa homônima, que buscou identificar qual foi a atuação de designers na equipe interdisciplinar responsável pela segunda reforma do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, localizado em Belo Horizonte/MG, ocorrida entre os anos de 1989 e 1992.

Esse trabalho justifica-se por diversos motivos, dos quais se destacam quatro. O primeiro que pode ser citado é sua importância para a história do design no Brasil e em Minas Gerais, visto que, como resultado, processou-se a documentação da atuação de designers nesse momento, de cujo trabalho não se tinha registro.

O segundo deles é para a história da cidade de Belo Horizonte, da qual foi recuperado importante acontecimento: a segunda reforma do Parque Municipal, patrimônio histórico da cidade que tem um grande significado para a memória de seus habitantes, os belorizontinos, bem como para sua relação com a cidade e com as áreas verdes do município.

O terceiro motivo é a afirmação do paisagismo enquanto disciplina projetual, que pode contribuir para a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, de suas áreas verdes e, conseqüentemente, para a qualidade de vida da população urbana.

O quarto motivo, e o último que será citado, é em relação à metodologia utilizada e sua validação para processos de

pesquisa histórica recente em design. O design é uma área de conhecimento relativamente nova, institucionalizada no país a partir da década de 50 do século XX, por isso, deu-se preferência para o desenvolvimento técnico e tecnológico de seus métodos, sendo seu registro histórico preterido, realidade que tem sido alterada conforme aumenta o interesse de pesquisadores do design e áreas correlatas sobre a história desse campo. Há poucos registros escritos, mas justamente por ser uma área relativamente nova do saber, diversos personagens que participaram diretamente dessa história ainda estão vivos, assim, pode-se colher os seus depoimentos em relação à experiência que viveram. Desta forma, fontes primárias de pesquisa são geradas para propiciar investigações futuras sobre o mesmo tema e não deixar a história se perder por ausência de fontes.

De forma geral, esta pesquisa objetivou entender e relatar qual foi a atuação de designers na equipe interdisciplinar responsável pela segunda reforma do Parque Municipal Américo Giannetti, compreendendo o trabalho de preservação da paisagem histórico-cultural da cidade. De maneira específica, porém, pode-se elencar como objetivos: descrever a história do parque e sua importância para Belo Horizonte; compreender os aspectos legais e histórico-sociais que levam à sua preservação e manutenção até os dias atuais e o quanto ele é relevante para a preservação da paisagem histórica e para a memória da cidade; documentar os dados obtidos por meio de entrevistas e pesquisas bibliográficas e criar fonte primária de pesquisa sobre a atuação de designers que integraram a equipe multidisciplinar responsável pela segunda reforma do Parque Municipal de Belo Horizonte.

Com base em Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa possui diversas classificações quando se trata de sua metodologia. Quanto à abordagem, ela se enquadrou no gênero pesquisa qualitativa, pois, a despeito da abordagem quantitativa, o que se buscou foi o entendimento aprofundado da atuação de designers que integraram a equipe multidisciplinar responsável pela segunda reforma do parque. Quanto à natureza, configurou-se como pesquisa aplicada, uma vez que buscou gerar conhecimentos passíveis de serem aplicados na solução de um problema específico de interesse local. Quanto aos objetivos, enquadrou-se como pesquisa exploratória, pois o estudo do trabalho de designers na reforma do parque é um

olhar novo sobre o tema da reforma e, por isso, carece de fontes bibliográficas consolidadas.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, diferentes metodologias foram aplicadas conforme a fase de desenvolvimento deste estudo. Em um primeiro momento, foi proposto um projeto de pesquisa com a utilização da abordagem da micro-história. Esse projeto teve o objetivo de se familiarizar com o tema em questão, assim como delinear o objeto de estudo. Além disso, visou à pesquisa de uma bibliografia preliminar e à criação de estratégias para coleta de dados que pudessem permitir uma análise da realidade pesquisada no tempo disponível para sua realização.

A micro-história, para Barros (2007), consiste em uma nova abordagem historiográfica, em que se reduz a escala de observação do historiador, de forma que seja possível perceber ocorrências que seriam imperceptíveis em um estudo em larga escala. O objeto de estudo da micro-história, portanto, é variado, a exemplo de uma prática social específica, a história de vida de uma pessoa ou uma determinada ocorrência que mereça análise específica.

Após proposição e aprovação do projeto de pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para compreensão profunda dos aspectos sociais e históricos que dialogavam com o tema proposto. Durante esse percurso, o projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (CEP-UEMG), uma vez que seres humanos participaram da pesquisa por meio de entrevistas realizadas na fase de pesquisa de campo. Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, foi iniciada a pesquisa de campo, que se caracterizou pela coleta de dados junto a designers que participaram da referida reforma, realizando-se entrevistas semi-estruturada e utilizando metodologia da história oral, após o consentimento livre e esclarecido de todas as participantes a respeito da pesquisa desenvolvida, seus objetivos e riscos.

A história oral, conforme Delgado (2003, p. 23), é um método “voltado à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber”. Para a autora, as narrativas produzidas no contexto da história oral são consideradas narrativas históricas que se referem a um tempo do qual são passíveis de serem encontradas referências pesquisáveis, ou seja, narrativas que tratam do tempo recente da

humanidade. Selau (2004) e Matos e Senna (2011), no mesmo sentido, determinam que a história oral apenas pode ser utilizada para fatos recentes, uma vez que é necessário que sejam entrevistadas pessoas que tiveram participação direta no fato pesquisado ou que o tenham testemunhado, sendo, portanto, a memória a base da história oral. As autoras reforçam que a história oral traz uma nova dimensão para a historiografia, que é a dimensão viva a ela acrescentada.

Para realizar a coleta dos dados via história oral, foram entrevistadas duas designers, hoje professoras aposentadas da Escola de Design da UEMG, que tiveram a oportunidade de participar da reforma do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, integrando a equipe multidisciplinar responsável. As entrevistas foram gravadas e, após a seleção de informações importantes para a pesquisa, foram organizados e analisados os dados obtidos, com a finalidade de gerar fonte primária para estudos na área.

Para finalizar, este trabalho, por se tratar de estudo histórico, buscou referências em fonte documentais: documentos publicados na imprensa, livros e artigos acadêmicos sobre o tema, registros cedidos pelas entrevistadas que guardam relação com o trabalho que realizaram no Parque Municipal, além de analisar as próprias entrevistas.

A PAISAGEM E O PAISAGISMO

O conceito de paisagem é bastante discutido na literatura. Galera e Garcia (2017) – arquiteta e geógrafa, respectivamente – adotam o conceito de paisagem como “palimpsesto”. Esse termo é usado como metáfora para demonstrar a sobreposição de camadas de memórias e paisagens ao longo dos anos de existência de uma cidade. Identificar, portanto, as camadas de paisagens que se sobrepõem é estudar e entender o fenômeno de transformação social ao longo da história social de determinada localidade.

Para o geógrafo Santos (2006, p. 67), é imperativo realizar a distinção entre espaço e paisagem. Segundo o autor, paisagem “é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única”. Ele ainda afirma que a intervenção de pessoas nos espaços faz com que

eles sejam ressignificados, refletindo um sistema de valores sociais constantemente em transformação.

Maximiano (2004, p. 90) considera que a paisagem existe para o homem antes mesmo da elaboração de seu conceito, visto que os seres humanos sempre a utilizaram, seja para consumir seus recursos, seja para fins de contemplação e encantamento. Para o geógrafo, a paisagem tem a ver com o espaço geográfico, mas com ele não se confunde, pois é entendida como uma “medida multidimensional de compreensão de um lugar”.

O paisagismo é a área do design que se relaciona diretamente com a paisagem. Transdisciplinar por natureza, o design dialoga com diversos ramos do conhecimento e pode ser considerado área estratégica do saber dedicado à resolução de problemas com o uso de criatividade, para impulsionar a inovação e melhorar a qualidade de vida do usuário nas esferas econômica, social e ambiental, por meio de produtos, sistemas e serviços (WDO, 2015). O paisagismo, assim como o design, é interdisciplinar, e utiliza as metodologias de design para projetar, planejar e executar ações que visem à satisfação do usuário e à sua relação com o espaço e a paisagem. Pode ser aplicado em pequenas ou grandes áreas, particulares ou públicas.

A história do paisagismo remonta à própria história da humanidade, visto que seres humanos sempre buscaram os jardins como locais agradáveis de refúgio ou que pudessem fornecer alimentação nas proximidades de casa, com a plantação de árvores frutíferas e plantas alimentícias. Há registros de jardins em todas as civilizações antigas, como na egípcia, mesopotâmica, persa, grega, romana, chinesa e japonesa. Os jardins franceses, com sua imponência, rigidez estética geométrica e uso da topiaria,¹ tiveram grande disseminação pelo mundo e influenciaram diversos paisagistas. Os jardins ingleses eram o oposto, projetados com maior liberdade, traçado livre, sinuoso e com a presença de água, refletiam as ideias românticas, que sugeriam a aproximação do homem com a natureza, demonstrando que todo ambiente natural ao redor das pessoas deveria ser percebido como jardim (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012; LODOBA; DE ANGELIS, 2005). Sobre os jardins ingleses:

à primeira vista, o jardim parece informal, com sua plantação livre e sua profusão de flores. No entanto, revela uma firme

1. Topiaria é a “arte de aparar árvores e arbustos segundo configurações variadas, para adornar jardins”. Fonte: Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/topiaria/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

2.

Paul Villon foi um paisagista francês (1841-1905) que atuou no Brasil em diversos projetos, neles incluídos o Parque Municipal de Belo Horizonte, a Praça da Liberdade e os jardins do Palácio da Liberdade, todos em estilo naturalista inglês (MAGALHÃES, 2017).

3.

Vanguarda significa “linha de frente; o que se localiza à frente de; aquilo que inicia uma sequência; inovação de ideias, de tendências, de opiniões e pontos de vista.” Fonte: Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vanguarda/>. Acesso em: 8 out. 2019.

4.

Moderno é o “que se refere ao tempo presente ou a uma época relativamente recente.” Fonte: Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/moderno/>. Acesso em: 8 out. 2019.

5.

Positivismo é “filosofia. Cada uma das doutrinas que se baseiam no comtismo (séc. XIX e XX), definidas pela utilização de uma metodologia quantitativa, pelo cientificismo e pela hostilidade ao idealismo”. Fonte: Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/positivismo/>. Acesso em: 8 out. 2019.

estrutura, alicerçada em muros, sebes, canteiros, bordaduras e caminhos pavimentados, que dão ao jardim escala, coerência e forma, equilíbrio e movimento. É planejado formalmente e planejado de maneira informal, os projetos não deixam transparecer a determinação e os artifícios necessários à execução do jardim. Caminhos e trechos de gramados abertos são os elementos organizadores, pois interligam as várias partes do jardim. Os gramados bem aparados são a marca registrada recobrimdo a topografia natural. Há uma diversidade de arbustos floridos, plantas vivazes, herbáceas, ervas, bulbos, flores silvestres e forrações, e abundância do verde. Volumes de árvores definem o projeto global (PENNA, 2003, p. 22).

Os jardins ingleses e franceses influenciaram a construção da cidade de Belo Horizonte e, no projeto do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, o primeiro parque da cidade, a influência inglesa foi marcante no desenho do arquiteto paisagista Paul Villon² (PBH, 2012). Ao longo dos anos e com as transformações pelas quais o parque passou, juntamente com a evolução da própria cidade, o traçado original acabou sendo modificado, uma vez que, conforme Galera e Garcia (2017), a ideia de paisagem estática há muito não existe e, cada vez que a cidade passa por uma mudança, a paisagem a refletirá.

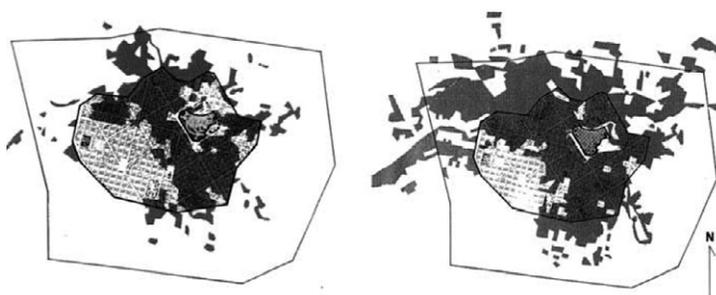
BELO HORIZONTE E OS PARQUES URBANOS

A nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, foi projetada para refletir os ideais republicanos, materializando-os em um conjunto de ruas, prédios e parques que representassem a vanguarda,³ a modernidade,⁴ o positivismo,⁵ em contraposição às sombras de um passado colonial, agrário e de privilégios, representado pela antiga capital Ouro Preto.⁶ O fato de a cidade ter sido desenhada e planejada conferia a ela essa característica ordenada e civilizatória típica dos ideais republicanos. Para Brandão (2008, p. 67), “projetar é o instrumento pelo qual desenhamos nosso futuro e colocamos em nossas próprias mãos, precavendo-nos contra as insídias do acaso, da falta de coesão e do particularismo que dissolvem uma comunidade”. Portanto, ao contrário das igrejas, que marcavam os centros simbólicos de poder e socialização de Ouro Preto, demonstrando o poder das oligarquias, em Belo Horizonte essa função foi atribuída às ruas, aos edifícios públicos e às

praças e parques, mostrando claramente o projeto de república e o ideal laico almejado pelo Estado à época, direcionado para o bem comum (BRANDÃO, 2008; CALVO, 2013).

Loboda e De Angelis (2005) consideram que as relações sociais desenvolvidas, porém, não são estáticas, e as cidades são o espelho delas, mudando também constantemente. Macedo e Umbelino (2009) afirmam que Belo Horizonte, até a década de 1920, possuía uma ocupação urbana restrita a algumas áreas centrais, mas que, a partir de 1930, devido à criação da cidade industrial, houve grande crescimento urbano, principalmente de zonas periféricas, externas à Avenida do Contorno, fenômeno que prosseguiu até os anos 1950. Bahia (2005) demonstra essa expansão por meio de imagens, como se observa na Figura 1, e afirma que a expansão e ocupação de áreas periféricas da cidade continuou até que não fosse mais possível ocorrer.

Com o aumento da violência nos grandes centros urbanos, o estilo de vida das pessoas foi alterado, levando a população a evitar as ruas como locais de lazer e socialização, isolando-se cada vez mais em suas casas e buscando lazer de forma individual. O crescimento desordenado das cidades no século XX comprometeu seus espaços naturais e, como consequência, problemas ambientais diversos surgiram, agravando as condições de moradia e a qualidade de vida de seus habitantes. Em contrapartida, espaços dedicados ao lazer e ao contato com a natureza foram construídos na tentativa de amenizar esses problemas, por exemplo, os parques urbanos, que têm tido extrema relevância no cenário das cidades, tanto do ponto de vista de preservação ambiental quanto para melhoria da qualidade de vida das pessoas, que os buscam como refúgio e fuga da rotina estressante (TEIXEIRA, 2007). Para Bahia (2005),



6. Foi a implantação da República que deu ensejo à mudança da capital de Ouro Preto para o Arraial do Belo Horizonte. Após o declínio da atividade mineradora, o poder político de Minas Gerais (representado por Ouro Preto) ficou dissociado do poder econômico (regiões Sul e Zona da Mata). Ouro Preto, então, era identificado como um símbolo decadente, que deveria ser substituído por outro, que representasse a força de um novo momento político do Brasil e de Minas Gerais e que se contrapusesse de forma veemente à monarquia. Nesse contexto, estabeleceu-se, pela implementação da primeira constituição republicana, a igualdade de todos perante a lei, a laicidade do Estado, entre outros aspectos legais que contribuíram para uma mudança de pensamento social. O positivismo, corrente ideológica que defendia o progresso em situação de harmonia, de ausência de conflitos e de manutenção de um *status quo* garantidor da ordem, era sinônimo de desenvolvimento. O projeto de uma cidade organizada, com ruas e avenidas amplas e ordenadas, refletia esses ideais de organização (CALVO, 2013).

Figura 1: expansão urbana de Belo Horizonte. À direita, Ocupação Urbana - Belo Horizonte - 1920. À esquerda, Ocupação Urbana - Belo Horizonte - 1930.

Fonte: Bahia, 2005, p. 186.

as únicas grandes áreas não edificadas em Belo Horizonte são as áreas de proteção e os parques urbanos.

Essas áreas são essenciais e, conforme o Plano Diretor da cidade de Belo Horizonte (Lei Municipal nº 7.165/1996), exercem a função social da propriedade, pois são dedicadas à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente (art. 5º, II). São protegidas por serem responsáveis pela preservação da memória e do patrimônio cultural da cidade por motivos diversos, entre eles, a proteção dos “elementos paisagísticos, permitindo a visualização do panorama e a manutenção da paisagem em que estão inseridos” (BELO HORIZONTE, 1996).

De acordo com o pesquisador Teixeira (2007, p. 10), a definição de um parque urbano é vaga e carece de recursos objetivos que facilitem sua identificação. Mas, de forma geral, conforme o autor, consideram-se parques urbanos “os espaços livres de uso público, estruturados por vegetação, destinados à recreação da população, podendo agregar a conservação de algum recurso natural”. Loboda e De Angelis (2005) afirmam que eles são uma atenuante da paisagem urbana e que exercem função ecológica, estética e social, representando, dentro do meio urbano, os locais que mais se assemelham às condições naturais normais da paisagem. Além disso, atenuam tanto os fatores incômodos das cidades, como nível de ruídos, calor do sol, poluição do ar, quanto diminuem o sentimento de opressão gerado pelas grandes construções e contribuem para melhorar o senso estético de quem visita e da estética da própria cidade.

Apesar de Belo Horizonte ter a menor porcentagem de área verde (3,9% de sua área coberta por florestas) entre as dez maiores capitais do Brasil (MANSUR, 2016), a luta pela preservação dessas áreas é grande, tendo em vista a pressão exercida pelas grandes construtoras para ocupá-las (WERNECK, 2019). São 45 parques abertos ao público, 618 praças e jardins e 360 áreas classificadas como “áreas verdes” e destinadas ao poder público, distribuídas sem uniformidade pela cidade, sendo mais presentes na região Centro-Sul, seguida pela região da Pampulha (TEIXEIRA, 2007). Entre os parques, o mais antigo é o Parque Municipal Américo Renné Giannetti.

O PARQUE MUNICIPAL AMÉRICO RENNÉ GIANNETTI: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CIDADE

Localizado no hipercentro⁷ da cidade, foi projetado pelo arquiteto e paisagista francês Paul Villon, que se inspirou nos modelos românticos de jardins ingleses, traçando ruas, riachos e lagoas de forma livre, contrapondo-se ao estilo de projeto da cidade, de ideologia positivista, traçada de forma rígida, com régua e compasso (BRANDÃO, 2008; PBH, 2018).

Árvores de grande porte foram transplantadas para o local e viveiros de plantas foram construídos para abrigar as espécies que seriam plantadas no parque. Sua inauguração foi no dia 26 de setembro de 1897, antes do fim de suas obras, antecedendo inclusive a inauguração de Belo Horizonte, que ocorreu em 12 de dezembro de 1897. O local possui nascentes que alimentam as lagoas do interior do parque, 280 espécies de árvores nativas e exóticas – entre elas Flamboyant, Figueira, Jaqueira, Pau-mulato e Sapucaia – e 50 espécies diferentes de aves, como sabiás, garças, bem-te-vis, sanhaços, além de abrigar animais de pequeno porte, como gambás e micos (RABÊLO, 2013).

O parque foi projetado para ser o maior parque urbano da América Latina e possuía, originalmente, uma área de 600 mil metros quadrados. Seus limites iniciais eram as avenidas Afonso Pena, Alfredo Balena, Francisco Sales e Assis Chateaubriand (Figura 2). Ele deveria conter, conforme o projeto, um cassino, um restaurante e um observatório meteorológico, que não foram construídos (BRANDÃO, 2008).

Brandão (2008) afirma que a localização geográfica e a extensão inicial do parque no projeto da capital demonstram a importância que tinha a “*res publica*” (coisa pública) na ideologia da cidade e seu sistema regulador. Teixeira (2007) afirma que, até a década de 1970, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti era, oficialmente, o único espaço de lazer na região central da cidade.

Pode-se observar em Galera e Garcia (2017) e em Baptista (1997) que, após 1907, iniciou-se a perda de área do parque, agravada pela expansão urbana e especulação imobiliária em Belo Horizonte, principalmente a partir da década de 1930. Hoje, ele conta com 182 mil metros quadrados, cerca de 30% de sua área original (Figura 3). A área que não mais pertence a ele foi utilizada para a construção da Faculdade de

7.

O hipercentro é a área mais adensada da cidade e é definido pelo parágrafo 1º do art. 7º da Lei municipal nº 7.165/1996 e compreende o: “perímetro iniciado na confluência das avenidas do Contorno e Bias Fortes, seguindo por esta até a Rua Rio Grande do Sul, por esta até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Bias Fortes, por esta até a Avenida Álvares Cabral, por esta até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Afonso Pena, por esta até a Rua da Bahia, por esta até a Avenida Assis Chateaubriand, por esta até a Rua Sapucaí, por esta até a Avenida do Contorno, pela qual se vira à esquerda, seguindo até o Viaduto Jornalista Oswaldo Faria, por este até a Avenida do Contorno, por esta, em sentido anti-horário, até a Avenida Bias Fortes, e por esta até o ponto de origem” (BELO HORIZONTE, 1996).

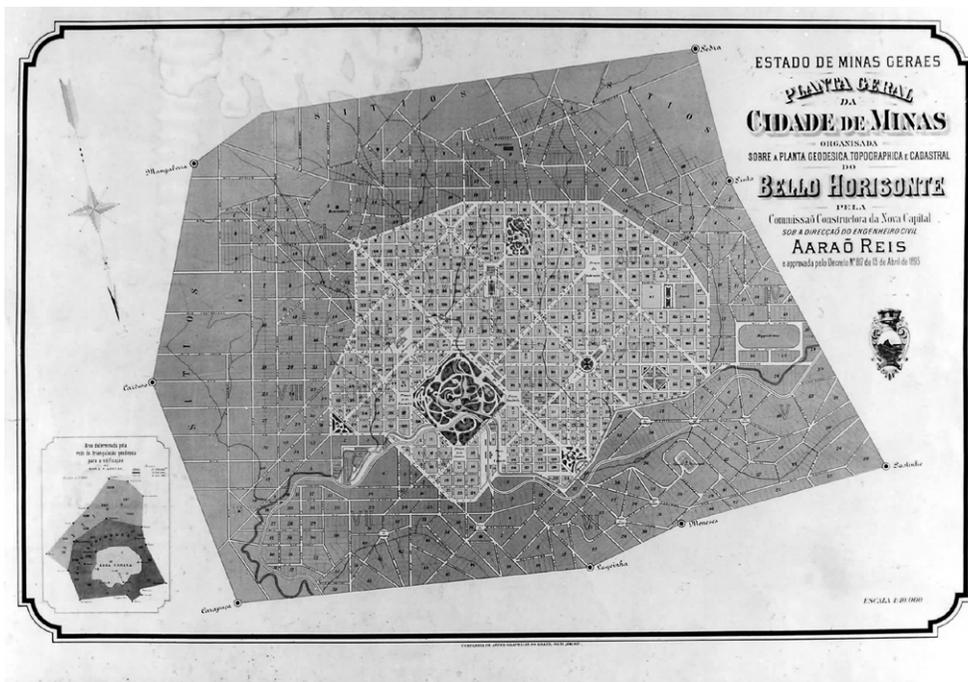


Figura 2: planta da Cidade de Minas, atual Belo Horizonte, com o Parque Municipal Américo Renné Giannetti com as dimensões originais.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Belo_Horizonte#/media/Ficheiro:Planta_BH.jpg. Acesso em: 1 maio 2019.

Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Hospital das Clínicas, do Teatro Marília, do Hospital da Previdência, do Palácio das Artes, do Teatro Francisco Nunes e do campo de futebol do América Futebol Clube, onde hoje se situa um grande hipermercado (PBH, 2018; PENNA et al., 1992; RABÊLO, 2013).

Hoje, o parque municipal abriga o Teatro Francisco Nunes, com 530 lugares, e que homenageia, com seu nome, o primeiro diretor do Conservatório de Música. O local possui brinquedos, equipamentos de ginástica, quadras poliesportivas, pista para patins e caminhadas, além de brinquedos eletrônicos, como carrusel, roda gigante, minhocão, entre outros. Há brinquedos cujo uso é gratuito, enquanto outros cobram a entrada por pessoa. O parque também possui lago com barcos para passeio, além da presença dos tradicionais fotógrafos lambe-lambes e os burrinhos. Ao longo do ano, ocorrem diversos eventos culturais, para os quais há um esquema de proteção dos usuários e da fauna e flora local, com cercamentos das áreas, fiscalização da poluição sonora, segurança e colocação de banheiros químicos no local, entre

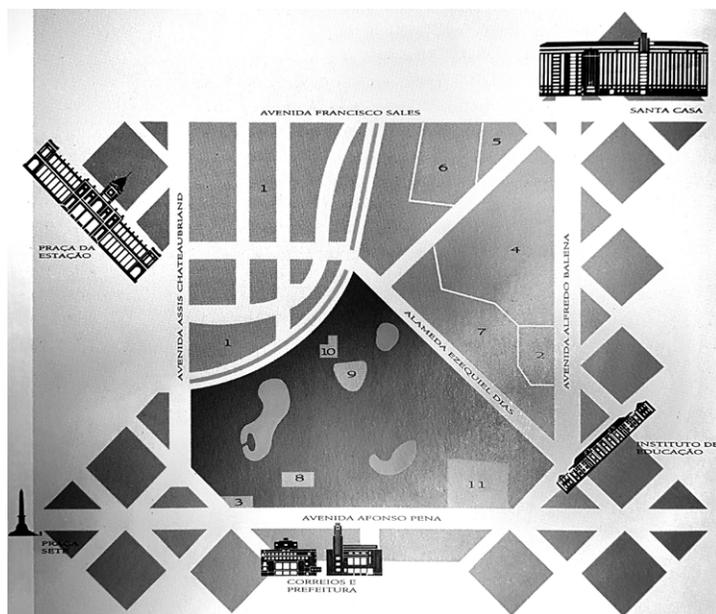


Figura 3: Desmembramentos do parque municipal – perda de área original.

Fonte: Penna et al. (1992, p. 26-27).

outras providências (PBH, 2012). O Mercado das Flores, que era situado na esquina entre a Avenida Afonso Pena e a Rua da Bahia, foi construído em 1920, inicialmente para abrigar a Estação dos Bondes, e fechado em agosto de 2017 para obras de revitalização, que até hoje não foram concluídas. No local, funcionavam um centro de atendimento ao turista da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur), um posto de vendas de ingressos do Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais (Sinparc) e a tradicional floricultura Flora Rosa, que funcionou no local por 42 anos, 24 horas por dia (OLIVEIRA, 2018; PIRES, 2018).

O parque, ao longo de sua existência, tem sofrido apropriações e alterações, conforme as próprias mudanças da cidade. A partir da década de 1940, foi tido como um local perigoso e abandonado, o que levou a prefeitura, na gestão de Américo Renné Giannetti⁸ – que durou de 1951 a 1954 –, a propor mudanças em seu interior. No início de seu mandato, em 1951, ele se empenhou em reverter a situação do parque, convidando

Legenda:

1. Data indefinida (primeiros anos).
2. 1907 – Diretoria de cultura; laboratório de análises; Campo prático de demonstração.
3. Década de 1910 – Estação de Viação (abrigo de Bondes Santa Teresa, Mercado das Flores).
4. 1913 – Faculdade de Medicina; Centro de Saúde do Estado.
5. 1915 – Forno de incineração de lixo.
6. 1919 – América Futebol Clube.
7. 1937 – Prolongamento da Rua Pernambuco.
8. 1949 – Teatro Francisco Nunes.
9. 1954 – Colégio Imaco.
10. 1966 – Orquidário Municipal.
11. 1971 – Palácio das Artes.

8.

“Paisagista, arquiteto, desenhista, pintor, gravador, litógrafo, escultor, tapeceiro, ceramista, designer de jóias, decorador [...]” brasileiro, responsável por diversos projetos paisagísticos no Brasil e no mundo. Em Belo Horizonte, cidade de interesse deste estudo, foi responsável, dentre outros, pelos jardins do *Conjunto da Pampulha* (Belo Horizonte, 1942-1945), um dos principais pontos turísticos da cidade e patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural. Burle Marx. 2019. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1461/burle-marx>. Acesso em: 14 jun. 2019.

9. Américo Renné Giannetti, empresário e prefeito da cidade de Belo Horizonte entre os anos de 1951 e 1954, identificou a necessidade de primeira reforma, que ocorreu durante sua gestão. Por tal motivo, teve, após sua morte, seu nome dado ao parque municipal, que até então era tido como um local mal frequentado e perigoso. A situação foi revertida após a sua primeira revitalização (GALERA; GARCIA, 2017).

10. Demolido em 2013. No lugar da antiga construção, há o projeto do Arquiteto Gustavo Penna para a construção de um espaço multiuso, cuja obra foi iniciada em abril de 2013 e, em seguida, paralisada. Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/08/23/interna_gerais,438487/obras-estao-paradas-apos-demolicao-do-imaco-no-parque-municipal-de-bh.shtml. Acesso em: 17 out. 2019.

Roberto Burle Marx⁹ (1909-1994) para realizar o seu primeiro projeto de reforma. Entre as recomendações de Burle Marx, estava a de proibir qualquer nova construção em seu interior, o que não foi obedecido, tendo em vista a construção da Escola Técnica de Comércio Municipal, posteriormente Colégio Imaco,¹⁰ em 1954, e do Palácio das Artes, em 1971, cujo projeto original foi de Oscar Niemeyer (GALERA; GARCIA, 2017; PBH, 2012).

Na primeira reforma do parque, foi feito o “tratamento da água, recuperação dos jardins, asfaltamento das alamedas, implantação de uma fonte luminosa e uma concha acústica para apresentação de concertos ao ar livre” (PBH, 2012).

Em 1975, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) realizou o tombamento de todo seu conjunto arquitetônico e paisagístico (PBH, 2012), de modo a garantir a preservação de bens materiais e imateriais aos quais é atribuído valor cultural (RABELLO, 2009) e que façam referência à identidade, à ação e à memória de diversos grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988).

A segunda reforma no parque aconteceu entre os anos de 1989 e 1992, portanto, já na vigência dos dispositivos de tombamento, em convênio firmado entre prefeitura de Belo Horizonte e a empresa Vale do Rio Doce (PBH, 2012). Nessa segunda reforma, foram instalados no interior do Parque Municipal uma pista de caminhada, aparelhos de ginástica, novas espécies de árvores foram plantadas, foi instalada a irrigação e as alamedas foram repavimentadas, além de terem sido também construídas guaritas nas entradas do parque. Essa reforma será estudada adiante, de forma mais detalhada, em relação à atuação de designers paisagistas em sua realização (GALERA; GARCIA, 2017; PENNA, 2019).

Em 2006, novas obras foram realizadas no Parque Municipal de Belo Horizonte para adequá-lo à acessibilidade. Nessa oportunidade, também foram reformados a pista de caminhada e os banheiros, bem como as edificações internas foram pintadas, foram plantadas diversas mudas e foi instalado um projeto de controle de pragas (PBH, 2012). Os gradis foram recuperados e foram colocadas telas na parte da Avenida Afonso Pena para diminuir o lixo que transpunha o gradil do parque aos domingos de feira. A feira de artesanato

foi remanejada para a avenida à época da revitalização da Praça da Liberdade, que aconteceu paralelamente à do parque (PENNA, 2019).

O Parque Municipal Américo Renné Giannetti é reconhecido pela população por ser um local turístico, ponto de encontro e lazer dos habitantes de Belo Horizonte e sua região metropolitana. Medeiros e demais autores (2012), em estudo que buscou fazer uma reflexão a respeito da percepção de frequentadores de dois parques municipais de Belo Horizonte, entre eles o Américo Renné Giannetti, demonstrou que a frequência dos entrevistados ao parque por ano é alta (cerca de 40% dos entrevistados visita o parque mais de quatro vezes ao ano), e seus motivos variam, desde a necessidade de maior contato com a natureza até a busca de tranquilidade e a fuga do “caos e da desordem” urbana. A característica mais marcante, segundo os autores, que levam as pessoas a frequentarem o espaço, é ser ele um ponto de encontro para a família e para os amigos, além de ser um local de contato com a natureza. Para os autores, essa afirmação se justifica devido à localização central do parque, que o torna acessível à população, além da existência de brinquedos com preços acessíveis, o que o torna atrativo à população adulta e infantil. Cortar caminho pelo interior do parque é bastante comum, devido à sua localização, entre vias principais da cidade de grande circulação, e às calçadas externas que abrigam uma variedade de pontos de ônibus. Diversas pessoas, como um jardineiro entrevistado pela PBH (2012), relataram que passavam pelo parque de vez em quando porque “achavam bonito” ou como um ajudante de manutenção, torcedor do Clube Atlético Mineiro, que passa pelo coreto do parque e visita o monumento de criação de seu time de futebol, de 1908. Outras ainda utilizam do espaço para praticar esportes, como jogar futebol em suas quadras e para relaxar (PBH, 2012).

Todos esses depoimentos demonstram o quanto o parque faz parte do dia-a-dia e da memória do belo-orientino de diferentes gerações, além de enfatizar sua importância ambiental para a cidade. Para concluir, Galera e Garcia (2017, p. 16) defendem que o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, “por meio de sua história constitui-se em um marco referencial que detém a memória e a identidade da cidade. Ressalte-se que só é passível de memória aquilo que se transformou e

que, portanto, sugere a lembrança, a memória da identidade de ontem”.

A SEGUNDA REFORMA DO PARQUE MUNICIPAL AMÉRICO RENNÉ GIANNETTI

Em 19 de junho de 1989, foi realizado pela prefeitura o Concurso Nacional para Reestruturação do Centro de Belo Horizonte – denominado “BH – Centro”. Esse concurso, feito na gestão de Pimenta da Veiga¹¹ (1989-1990), teve como objetivo elaborar diretrizes, proposições urbanísticas, legislativas, institucionais e financeiras visando a reorganização e melhoria ambiental do centro” (PENNA et al., 1992, p. 112). A comissão organizadora era composta por órgãos e entidades que representavam os diversos setores da sociedade, como órgãos da administração direta, entidades da administração indireta e representantes de camadas sociais, como o Clube de Diretores Lojistas (CDL), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) (PENNA et al., 1992).

Quatro meses após a abertura do concurso, 27 equipes entregaram seus estudos e projetos para a comissão julgadora, e, no dia 09 de novembro de 1989, três escritórios foram contemplados para desenvolver os projetos que norteariam as reformas da área central da cidade, entre eles o escritório Baptista e Schmidt Arquitetura e Urbanismo Ltda., que ficou responsável pela reforma da Avenida Afonso Pena, da rodoviária até a Praça Benjamim Guimarães, incluída a reestruturação de parte da Avenida Amazonas, reformas na Igreja São José e revitalização do Parque Municipal Américo Renné Giannetti (AMORIM, 1993; BAPTISTA, 1997; PENNA et al., 1992; TANURE, 1991).

Após a compatibilização de projetos entre as equipes ganhadoras, iniciada em fevereiro de 1990, em setembro de 1990, o escritório Baptista e Schmidt Arquitetura e Urbanismo Ltda. foi contratado para realizar o “Projeto Parque Municipal – reestruturação e valorização”, conforme equipe listada na Figura 4 (PENNA et al., 1992).

Baptista (1997, p. 31) determina que, em relação ao Parque Municipal,

O projeto incluiu, além das intervenções físicas de infraestrutura: a recuperação arquitetônica de elementos característicos da época;

11. Pimenta da Veiga foi advogado por formação, mas possuiu longa carreira política. “Em 1988 o então deputado federal Pimenta da Veiga licenciou-se do mandato na Câmara para disputar a prefeitura de Belo Horizonte na eleição de outubro, pela legenda do PSDB em coligação com o PL, com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em abril de 1990, renunciou ao mandato na prefeitura de Belo Horizonte para candidatar-se ao governo de Minas Gerais na eleição de outubro, na qual foi derrotado no primeiro turno pelo ex-governador Hélio Garcia, candidato do Partido das Reformas Sociais (PRS).
Fonte: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-pimenta-da-veiga-filho>. Acesso em: 12 jun. 2019.

F I C H A T É C N I C A

ESCRITÓRIO

Baptista & Schmidt
Arquitetura e Urbanismo Ltda.

COORDENAÇÃO / EQUIPE

Ana Maria Schmidt
Maria Elise Baptista
Ricardo Samuel de Lana

ARQUITETURA

Ana Maria Schmidt
Carlos Roberto Noronha
Cláudia Damasceno Fonseca
David Allen Peterson
Flávio Campos Grillo
Marco Flávio Magalhães Mattos
Maria Elise Baptista
Pio de Miranda Cabral Neto
Ruth Maria Pires Altoé
Sandra Lemos Coelho
Silvana Eunápio Borges de Paula

PESQUISA HISTÓRICA

Alicia Duarte Penna
Maria Angélica Melendi (Piti)
Maria Guiomar da Cunha Frota

LEGISLAÇÃO

José Rubens Costa

PROJETO DE GESTÃO

João Gabriel Teixeira
Leonardo Barci Castríota

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Marcílio Godol
Paulo Schmidt

ILUMINAÇÃO

Leonardo Prates Dias Coelho

HIDRÁULICA

Maria Lúcia Lira de Oliveira
He Projetos

CÁLCULO ESTRUTURAL

Ronaldo Alves Rodrigues

COORDENAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DA OBRA

Maria Elise Baptista

QUALIDADE DAS ÁGUAS

ECOLAB
(Monitorização Ambiental)

LEVANTAMENTO DA FAUNA

Brandt Meio Ambiente

PAISAGISMO

Coord. Ricardo Samuel de Lana
Ana Maria Wagner
Mara Penna

DRENAGEM E IRRIGAÇÃO

Alberto Baeta Nunes

Figura 4: equipe do escritório Baptista e Schmidt responsável pela reforma do Parque Municipal Américo Renné Giannetti (1990-1992).

Fonte: Amorim (1993, p. 23).

a recuperação paisagística, tendo como parâmetro a liberação de visuais em profundidade, principalmente na proximidade dos lagos e a partir de mirantes; a recuperação e valorização de pontos de traçado urbanístico, como interseções de caminhos, alamedas, largos e acessos, através de tratamento de pisos, fazendo inserções no asfalto com pedra, paralelepípedos e concreto pigmentado.

Na gestão de Eduardo Azeredo¹² (1990-1992), no final do ano de 1991, foram iniciadas as negociações com a Companhia Vale do Rio Doce, estatal à época, para copatrocinar a obra, juntamente com suas subsidiárias Florestas Rio Doce S.A. e Celulose Nipo-Brasileira S.A. (CENIBRA). O convênio com a empresa foi assinado em fevereiro de 1992, no interior do Teatro Francisco Nunes, e a data de 12 de dezembro daquele

12. Engenheiro mecânico por formação e político, assumiu o cargo de prefeito de Belo Horizonte entre abril de 1990 e dezembro de 1992, com a renúncia de Pimenta da Veiga para candidatar-se ao governo do estado em outubro de 1990. Já foi governador do Estado de Minas Gerais (1995-1998), senador por Minas Gerais (2003-2011) e deputado federal (2011-2014).
Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-brandao-de-azeredo>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ano foi fixada para reinaugurar o Parque (Figura 5), o aniversário da cidade (PENNA et al., 1992; AMORIM, 1993).

Figura 5: anúncio da empresa patrocinadora da obra com data da inauguração do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, após a reforma.

Fonte: Amorim (1993, p. 20-21).



Todas as informações obtidas em fontes documentais foram reafirmadas pelas duas designers paisagistas que participaram da reforma do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, Araujo (2019) e Penna (2019), em entrevistas realizadas em maio de 2019, na cidade de Belo Horizonte.

A primeira designer foi Mara Galupo de Paula Penna, que se formou em Decoração pela Fundação Universidade Mineira de Arte (FUMA) em 1976. Durante a graduação, foi monitora da disciplina de paisagismo e, depois de formada, foi chamada para substituir a professora que entrou de licença maternidade em 1977. Desde então, continuou como professora da Escola de Design, aposentando-se em março de 2019 (PENNA, 2019).

A outra designer foi Maria Antonieta Pato Gomes Araujo, formada em 1975, também em Decoração pela FUMA. Começou a vida profissional como professora de paisagismo na mesma instituição, em 1976, enquanto dividia o tempo de vida docente com a experiência prática de trabalho em uma floricultura da cidade de Belo Horizonte. Deixou a sala de aula em 2007, quando se aposentou (ARAUJO, 2019).

Ambas mantiveram, juntas, paralelamente ao trabalho como professoras, um escritório de paisagismo e, por

meio dele, tiveram a oportunidade de ingressar no projeto BH-Centro, tendo em vista a necessidade de pessoal especializado para trabalhar o aspecto paisagístico do parque durante a sua segunda reforma (ARAUJO, 2019; PENNA, 2019).

O escritório Baptista e Schmidt ganhou o projeto no concurso BH Centro. Para a inscrição no concurso havia enviado os nomes dos participantes da equipe, dentre eles Ricardo Lana como paisagista. Com o início do projeto, chegou-se à conclusão da necessidade de fazer o levantamento da vegetação e Ricardo sozinho não conseguiria. Como tinham amizade com outro arquiteto, Carlos Alberto, pediram a ele indicação de alguém para integrar a equipe. Ele conhecia a Ana Wagner, arquiteta e paisagista também, trabalhava comigo e com a Antonieta, e ele a indicou. Ela então formou sua equipe: Ana, Antonieta e eu. Fomos ao escritório Batista & Smith, nos conhecemos todos, e começamos a trabalhar naquela semana, fazendo o levantamento e diagnóstico da vegetação do parque (PENNA, 2019).

Araujo (2019) afirmou que teve pouca participação no projeto do parque, pois seu filho tinha acabado de nascer e ela estava muito comprometida com o bebê. Mesmo assim, participou da primeira fase de contato e apresentação de proposta para o escritório Baptista e Schmidt do trabalho que prestariam ao escritório e da fase de levantamento da situação da vegetação do Parque.

Interessante ressaltar, em relação ao trabalho das designers, que elas foram contratadas por um cliente (Escritório Baptista e Schmidt) para trabalhar em um ambiente cujos usuários eram os funcionários do Parque Municipal e a população da cidade. De forma diversa do que em geral ocorre em projetos de interiores, quando o cliente, em grande parte dos casos, é o próprio usuário final do projeto (OLIVEIRA, 2016). Nesse tipo de projeto paisagístico, desenvolvido para ambientes públicos, a complexidade da relação entre designer e usuário é ainda maior, acrescentando-se ao fato de que o Parque Municipal é um local de grande simbolismo e valor histórico para os habitantes da cidade (MEDEIROS et al., 2012).

A complexidade é, conforme Da Luz (2018), um dos diferenciais que tornam o pensamento do projetista tão diverso do pensamento de profissionais que atuam em áreas

científicas do saber. Normalmente, estes agem de forma analítica, enquanto aquele age predominantemente de maneira sintética, atuando em situações não delimitadas e em contato com problemas sociais, os quais estão bastante distantes da realidade das ciências exatas. Outro fator interessante que diferencia a forma de pensar de designers e profissionais de ciências exatas é o fato de o projeto ser sempre contextualizado, fazendo com que seu conteúdo e resultado se alterem significativamente, praticamente impossibilitando a repetibilidade de resultados, tão almejada nas ciências exatas e, na maioria das vezes, não desejada no design.

Para Da Luz (2018, p. 43), “a habilidade do pensamento de design em se reposicionar conceitualmente, estabelecendo novas relações entre as coisas, ações, pensamentos e signos é o que habilita o design a ser uma arte liberal e não somente uma especialização técnica e profissionalizante”. Afirma Lawson (2005) que a solução dos problemas projetuais, porém, muitas vezes não está no design, e o designer, após a imersão em seu contexto, deve sugerir soluções em outro campo de estudo, o que faz com que a interdisciplinaridade seja um fator preponderante e caracterizador desse campo de trabalho.

As técnicas de projeto das ciências sociais aplicadas, como a antropologia, por exemplo, contribuem para que, mesmo de forma rápida, possam ser entendidos os símbolos, ritos, valores e tradições daquele local em que o projeto está inserido (CARDOSO; ARAUJO, 2018; LAWSON, 2005; SOUZA et al., 2018). Da mesma forma, as técnicas do design centradas no ser humano também são muito úteis nesse caso, pois consideram, para projetar, não apenas o usuário final em si, mas todos aqueles que de alguma forma estão envolvidos na relação entre usuário e produto, a quem os autores denominam *stakeholders* (HARADA et al., 2016).

O trabalho do designer, portanto, é sempre contextualizado em relação aos usuários e demais *stakeholders*, além de levar em conta a história do local a ser trabalhado. É imprescindível que o projeto se desenvolva em etapas metodológicas, para que seus resultados sejam, de fato, reflexo do desejo dos usuários finais e construídos de forma sintética para que seja o melhor possível para aquele contexto social. Da Luz (2018) afirma que o surgimento de metodologias de design aconteceu em meio à tentativa de cientificizar essa área do saber em um contexto de padronização e industrialização crescentes

na década de 1960. No entanto, após analisar as metodologias clássicas em design, o autor chega à conclusão de que não é possível existir uma metodologia que seja totalmente linear, visto que, ao longo do processo, *feedbacks* ocorrem e desconstrói-os quebra a estrutura de análise-síntese-avaliação do método de resolução de problemas em design.

Para efeitos didáticos, porém, é possível sistematizar e dividir as etapas projetuais, como fez Penna (2019) durante a entrevista com o projeto de reforma do parque, em três fases. A primeira foi levantamento e diagnóstico das espécies vegetais, etapa na qual contaram com a participação de um botânico como consultor, José Luiz Pedersolli, que, à época, trabalhava na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A segunda fase foi o projeto, da qual participaram Ricardo Lana, Ana Wagner, Mara Penna e Antonieta Araujo, porém Antonieta, como ela mesmo confirma na entrevista, e Ricardo Lana não participaram até o final dessa etapa. A terceira fase foi a execução, na qual estavam envolvidas Ana Wagner e Mara Penna. Inicialmente, a equipe de designers realizava o levantamento que era repassado para Ricardo Lana. Após sua saída, tratavam diretamente com o escritório Baptista e Schmidt, pois, a partir daí, Ana Wagner e Mara Penna assumiram a responsabilidade tanto pelo projeto quanto pela execução.

Penna (2019) relata que, durante a primeira fase do projeto, foi inicialmente feito o levantamento da vegetação arbórea, e, depois, o da vegetação ornamental (Figura 6). Esse levantamento foi, então, enviado para a Secretaria de Parques e Jardins da cidade de Belo Horizonte (Figura 7), que não concordou com a supressão de todas as espécies indicadas como comprometidas pelas paisagistas e pelo botânico. Foram suprimidas apenas as árvores cujo corte foi aprovado pela prefeitura. Como comprovação do trabalho sério que foi desenvolvido, porém, muitas das árvores indicadas no levantamento das paisagistas que não foram suprimidas caíram naturalmente ao longo da obra, causando danos materiais, como uma árvore que caiu sobre um carro em frente ao Instituto de previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG). Esse fato deu mais credibilidade à equipe frente à prefeitura, somado ao relatório feito pelo botânico José Luiz Pedersolli entregue à Secretaria de Parques e Jardins, detalhando as bases técnicas e os critérios que

Penna (2019) relata que o gerente da Floresta Rio Doce entregou para a equipe um documento (Figura 8), que consistia em uma listagem de todas as espécies arbóreas produzidas no viveiro de Linhares/ES. Então, em parte do projeto, as paisagistas optaram por trabalhar com as espécies listadas, inclusive para baratear o custo da execução da obra para a empresa parceira da prefeitura.

Figura 8: listagem exemplificativa das espécies disponíveis em viveiro da Floresta Rio Doce entregue às paisagistas.

Fonte: acervo particular de Penna, datado de 1993.

Floresta Rio Doce S.A.

RESERVA FLORESTAL DE LINHARES
 CONPANHIA VALE DO RIO DOCE
 Av. Florestas Rio Doce SA.

FLORESTA DAS ESPÉCIES ARBÓREAS OCORRENTES NA RCVRD
 ORDENADA POR NOME VULGAR

36a. APROXIMAÇÃO
 Janeiro, 1993

Floresta Rio Doce S.A.

FLORESTA DAS ESPÉCIES ARBÓREAS

COD	NOME VULGAR	NOME CIENTIFICO	FAMILIA
522	Alho da mata	?	SPOTTACEAE
481	Aluviana	Microglohis rigida (Mart.) Radlk.	SAPOTACEAE
484	Alvarana	Myrsine schubertiana Benth.	MYRSINACEAE
482	Acá	Ecclinusa rasilifera Mart.	SAPOTACEAE
483	Acá preto	Pouteria caudata (Rusby)	SAPOTACEAE
486	Acácia cavalo	Lathyrus melliformis (Vell.) Regel	LEGUMINOSAE
485	Adeir	Gombocia aff. wilsoniana	MIRTACEAE
488	Adonez	Astronia oravelana Juss.	AMARANTACEAE
487	Aluviana	Guianensea bracteata (H.B.K.) Wedd.	MYRSINACEAE
544	Alvo fria	Eucalyptus gracile (Schott) Benth.	MYRTACEAE
484	Aluviana	Viçosa ferruginea HBK.	DIPTEROCARPACEAE
428	Aluviana	Kilimaia sp.	FLACOURTIACEAE
480	Aluviana	Guazuma orinifolia Mart.	TELHACEAE
489	Aluviana	Passiflora foetida L.	MALVACEAE
544	Aluviana	Passiflora foetida L.	ESTRACACEAE
307	Aluviana	Senna multijuga (Rich.) Vahl	LEGUMINOSAE
378	Aluviana	Humulidobolus guianensis (Lam.) Irwin & Barneby	LEGUMINOSAE
300	Aluviana	Terminalia glaberrima Mart.	COMBRETACEAE
410	Aluviana	Trattinnickia burserifolia Mart.	URTIACEAE
411	Aluviana	Protium sp.	BURSERIACEAE
412	Aluviana	Protium brasiliense (Swartz) Marchal	BURSERIACEAE
545	Aluviana	Trattinnickia guianensis (Lam.) Irwin & Barneby	BURSERIACEAE
523	Aluviana	Trattinnickia guianensis (Lam.) Irwin & Barneby	BURSERIACEAE
386	Aluviana	Cupira villosa Berg.	MIRTACEAE
387	Aluviana	Kiliarapa ochroleuca (Ducke)	DIPTEROCARPACEAE
414	Aluviana	Umbroscus carabii (Gouss.) Ducke	LEGUMINOSAE
374	Aluviana	Umbroscus carabii (Gouss.) Ducke	LEGUMINOSAE
517	Aluviana	Andira frutescens Benth.	LEGUMINOSAE
379	Aluviana	Andira nitida Mart. ex Benth.	LEGUMINOSAE
410	Aluviana	Andira nitida Mart. ex Benth.	LEGUMINOSAE
419	Aluviana	Huanakium alagumense Ducke var. parvifolium Lina	LEGUMINOSAE
420	Aluviana	Andira nitida Mart. ex Benth.	LEGUMINOSAE
421	Aluviana	Andira leptalis (Vell.) Toledo	LEGUMINOSAE
414	Aluviana	Umbroscus carabii (Gouss.) Ducke	LEGUMINOSAE
415	Aluviana	Umbroscus carabii (Gouss.) Ducke	LEGUMINOSAE
422	Aluviana	Senna multijuga (Rich.) Vahl	LEGUMINOSAE
423	Aluviana	Acacia glomerata Benth.	LEGUMINOSAE
424	Aluviana	Parazifalonia carabii (Gouss.) Ducke	LEGUMINOSAE
425	Aluviana	Parazifalonia carabii (Gouss.) Ducke	LEGUMINOSAE
388	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
522	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
426	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
523	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
427	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
428	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
429	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
430	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
431	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
432	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
433	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
434	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
435	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
436	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
437	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
438	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
439	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
440	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
441	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
442	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
443	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
444	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
445	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
446	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
447	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
448	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
449	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
450	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
451	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
452	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
453	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
454	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
455	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
456	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
457	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
458	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
459	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
460	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
461	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
462	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
463	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
464	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
465	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
466	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
467	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
468	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
469	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
470	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
471	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
472	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
473	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
474	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
475	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
476	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
477	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
478	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
479	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
480	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
481	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
482	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
483	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
484	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
485	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
486	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
487	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
488	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
489	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
490	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
491	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
492	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
493	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
494	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
495	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
496	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
497	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
498	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
499	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE
500	Aluviana	Pithecolobium bicolor (Swartz) Benth.	LEGUMINOSAE

Nesse ínterim, a prefeitura de Belo Horizonte contratou o escritório Baptista e Schmidt como fiscal da obra, uma vez que a CVRD era a responsável pela execução dos trabalhos, mas a prefeitura precisava de pessoas para verificar a execução. O escritório era responsável pela parte de arquitetura e sentiram a necessidade de contratar alguém para a parte de paisagismo. Foi quando Mara Penna e Ana Wagner entraram novamente no projeto. Penna (2019) relata que, nesse momento, Araujo (2019) já havia saído da equipe, de forma que somente ela participou das três fases: do levantamento, do projeto e da execução da obra.

Em relação ao tombamento do parque, Penna (2019) destaca que não houve nenhum empecilho à revitalização do paisagismo, visto que não havia, à época, tombamento da vegetação, apenas do perímetro do parque. Araujo (2019), porém, afirma que “um espaço tombado sempre será tratado de outra forma, com outro cuidado”. Dessa forma, apesar de não haver diretrizes específicas relacionadas ao tombamento para direcionar a sua atuação, houve a preocupação da equipe, tanto de arquitetos quanto de paisagistas, em não agir de forma irresponsável e alheia à história do parque. Um exemplo foi o coreto, em que, durante o restauro, os arquitetos fizeram a opção por voltar ao seu projeto anterior, inclusive dos jardins ao seu redor, com os desenhos que lembravam os jardins franceses, visto que estavam muito degradados e quase já não havia mais o formato inicial da época de sua instalação. “O parque estava um lixo! A área do parque próxima à Rua da Bahia, descendo do Mercado das Flores até a Serraria Souza Pinto, estava um caos! Do piso aos bancos e toda vegetação estava um horror!” (PENNA, 2019).

Penna (2019) relata que muitos problemas aconteceram durante a execução da obra: funcionários da prefeitura que queriam que a obra fosse realizada de maneira diferente da do projeto e pessoal de dentro do parque que trabalhava nos brinquedos:

Até eles entenderem que eles não eram donos do parque foi difícil! [...] Foi o último espaço do parque que foi recuperado. Era tratada como área particular de uma pessoa, que cobrava dos profissionais autônomos, como fotógrafos, donos dos burrinhos, que trabalhavam dentro do parque, emprestava dinheiro e cobrava dos funcionários da PBH com juros altos, uma espécie de agiota. E eles ficavam de olho no que a gente estava fazendo ali por perto durante a realização do levantamento. Mas acho que eles pensavam que a gente era doido, também (risos), porque lá tinha muito doido. Então não mexiam com a gente. E a gente ficava olhando para o céu tentando reconhecer as árvores, isso parecia coisa de maluco! Mas a gente soube de muita coisa complicada lá dentro! Nós moramos no parque durante mais de ano! Quantas vezes já fui dar aula na Escola¹³ toda suja de barro e poeira! Faz parte! (PENNA, 2019).

13.
Escola de Design da UEMG.

Penna (2019) afirma que, mesmo que a reinauguração do parque tenha acontecido na data determinada, em 12 de dezembro de 1992, as obras não haviam sido completamente concluídas e continuaram até fevereiro de 1993, já na gestão do prefeito Patrus Ananias¹⁴.

Muitas foram as intervenções realizadas na restauração do parque: o piso foi todo refeito, o coreto foi restaurado, foram feitas também algumas marcações no piso, sem muita grandiosidade, mas com elementos estéticos importantes para diminuir o valor gasto na reforma, porque o preço da obra foi considerável. Nessa época, estava ocorrendo de forma concomitante a reforma das calçadas da Avenida Afonso Pena, desde a Praça Tiradentes até a rodoviária, e foi nessa época também que os portões da Avenida dos Andradas foram instalados no Parque Municipal. Toda a iluminação do parque foi recuperada. O projeto de irrigação foi realizado. Para cada uma dessas intervenções, havia uma equipe destinada, sendo o escritório Baptista e Schmidt o responsável pela execução de projetos e coordenação de todas as equipes.

O papel do design nesse projeto, portanto, foi apenas o paisagismo, visto que as demais intervenções foram do projeto de arquitetura. Para Penna (2019), porém, a mentalidade projetual do design teve influência na forma como aconteceu o andamento dos trabalhos.

A forma como a gente trabalha é muito diferente da forma como outras profissões trabalham. E foi através da metodologia de trabalho do design que tive a oportunidade de ir trabalhar com o chefe da Floresta Rio Doce em outros projetos. Quer dizer, ele reconheceu o meu trabalho, como designer, e me levou para fora. Eu fui, para você ter uma ideia, depois do parque, fiquei um mês na Amazônia trabalhando, eu trabalhei com ele em Salvador, em Tubarão, aqui em Minas também, em projetos de recuperação de áreas degradadas. Logo depois do parque, fizemos a arborização de Porto Seguro e eu fui por causa do trabalho que desenvolvemos aqui (PENNA, 2019).

A entrevistada Araujo (2019) destaca que é interessante o fato de eles terem chamado designers para participar do projeto: “acho que eles perceberam que nós tínhamos um embasamento, um conhecimento maior que os arquitetos da parte de vegetação”. Essa informação pode ser corroborada pela vasta

14.

Patrus Ananias (nascido em 1952) é advogado e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente, é deputado federal pelo estado de Minas Gerais, mas já ocupou diversos cargos políticos, inclusive a prefeitura de Belo Horizonte, entre os anos de 1993 e 1997. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74160/biografia>. Acesso em: 17 out. 2019.

carga horária dedicada ao paisagismo na Escola de Design da UEMG, desde os tempos de FUMA (BAHIA, 2017; OZANAN, 2005), o que nos dias atuais corresponde a 192 horas-aula ou a 27% da carga horária total referente à prática projetual no curso de Design de Ambientes (UEMG, 2018).

Araujo (2019) afirma que a equipe responsável ainda não tinha a percepção sobre a facilidade do designer de trabalhar em equipe e de sua mentalidade projetual e acredita que elas, enquanto designers e paisagistas, foram chamadas estritamente pelo conhecimento que tinham de vegetação.

Não significa que a gente não podia ter feito a outra parte também, de pavimentação, projetos de mobiliário, iluminação, etc., como fizemos de outros espaços muito grandes. Mara e eu trabalhamos juntas, por exemplo, na recuperação de uma área degradada por uma mineradora em Araxá, que foi um projeto, assim, enorme, importantíssimo, e lá a gente fez tudo: todo o planejamento de circulação, de espaços de convivência, a gente fez tudo! (ARAUJO, 2019).

Ou seja, as designers eram habilitadas, mas, no caso específico do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, foram contratadas para trabalhar apenas com a parte de vegetação.

Lawson (2005) afirma que o processo projetual, de maneira geral, é vário, e não se pode exigir de projetistas de áreas distintas, nem dos de áreas correlatas, como o design de ambientes e a arquitetura, que projetem de forma semelhante ou que apresentem a mesma solução para uma mesma demanda. Para o autor, o processo projetual exige – além de especialização, imaginação visual e capacidades específicas – habilidades para entender problemas que muitas vezes os próprios usuários têm dificuldade de descrever e dar a eles a melhor solução possível. Afirma o autor sobre o design de interiores, o paisagismo e a arquitetura, que:

os projetistas desses campos geram objetos ou lugares que podem ter grande impacto sobre a qualidade de vida de muita gente. Os erros podem causar inconveniências graves e custos elevados, e podem até mesmo ser perigosos. Por outro lado, projetos muito bons podem se aproximar do poder que as artes plásticas e a música têm de elevar o espírito e enriquecer a vida (LAWSON, 2005, p. 5, tradução nossa).

Araujo (2019) afirma que, quando se formou na FUMA, em 1975, começou a trabalhar em uma grande e conceituada floricultura da cidade de Belo Horizonte. Essa experiência com as espécies abriu as portas para que fosse convidada a lecionar a disciplina de paisagismo na escola. Até então, o paisagismo era mais ligado à composição de ambientes, uma espécie de “acessório” da arquitetura, e a parte de vegetação ficava completamente relegada a segundo plano.

Como Araujo adquiriu essa experiência profissional relativa ao conhecimento das espécies, tentou aplicar esse conhecimento e implantá-lo na disciplina de paisagismo da FUMA, sendo este um dos diferenciais em relação aos cursos de arquitetura, que não têm esse tipo de aprofundamento em relação às espécies vegetais. Penna (2019) e Araujo (2019) foram as responsáveis por implantar esse tipo de abordagem no paisagismo no curso da FUMA, uma vez que os professores de Antonieta Araujo foram, em sua maioria, arquitetos que faziam questão de direcionar o curso para os elementos construtivos e deixavam a vegetação como algo sem importância no projeto. Mara Penna foi aluna de Antonieta Araujo e, quando assumiram a disciplina de paisagismo, tentaram reverter essa realidade. “É por isso, acredito, por esse conhecimento, fomos chamadas a participar do projeto [do parque], principalmente pelo conhecimento técnico da vegetação. Porque a parte de composição, dos espaços, tudo foi o escritório de arquitetura que desenvolveu” (ARAUJO, 2019).

Penna (2019) destacou a forma de trabalhar do designer, que, nessa época, já era interdisciplinar. A equipe da execução da obra era composta por duas paisagistas, Mara Penna e Ana Wagner, arquiteta que inclusive foi aluna de Antonieta Araujo no INAP, curso técnico em paisagismo em Belo Horizonte; dois engenheiros agrônomos, sendo um deles da Floresta Rio Doce; uma engenheira florestal e um botânico. Em relação ao trabalho das designers, ela pontua que o chefe da Floresta Rio Doce:

Ele ficou impressionado com a nossa facilidade para desenhar, de visualizar, de entender e, se necessário, fazer alterações no meio do caminho, que eu acho que os designers têm essa facilidade de entender dificuldades e fazer uma alteração necessária, porque os problemas vão aparecendo. Ainda mais em um parque muito grande, como aquele! (PENNA, 2019).

Como resultado do processo de revitalização, conclui Penna (2019) que o “o parque ficou muito bonito!”.

Esse projeto do Parque Municipal Américo Renné Giannetti teve reflexos também no ensino do paisagismo na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Quando tiveram contato com os jardins do parque, que eram bens tombados, sentiram necessidade de mais informações sobre a questão das intervenções em áreas verdes do patrimônio histórico-artístico, principalmente sobre a preservação das áreas de entorno desses bens e dos próprios jardins tombados. Essa pesquisa foi executada no Centro de Pesquisa da Escola de Design da UEMG (CPqD), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), sobre as condicionantes para preservação de jardins históricos, uma vez que não havia produção acadêmica em relação ao tema em questão, e acabou resultando em orientações para futuros trabalhos do tipo na área (PENNA, 2019).

DISCUSSÃO: O PAISAGISMO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA PAISAGEM HISTÓRICA E CULTURAL DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Observa-se que o trabalho de revitalização do Parque Municipal teve grande importância para a memória e história da cidade, por ser o parque mais antigo, fundado antes mesmo da inauguração oficial de Belo Horizonte.

Por se encontrar em seu hipercentro, zona de adensamento urbano, com ruído, poeira e demais características que têm potencialidades para agravar os aspectos negativos da cidade, muitos belorizontinos frequentam o espaço, seja de passagem, seja como local de lazer, ou mesmo como fuga do estresse da cidade (MEDEIROS et al., 2012; PBH, 2018; RABÊLO, 2013). Diversos aspectos ao longo da pesquisa – históricos, sociais e culturais – demonstraram que ele representa a cultura e história da cidade. Assim, como reconhecimento de sua importância, sofreu tombamento pelo IEPHA-MG no ano de 1975, de modo que o poder público é responsável pela sua conservação (BRASIL, 1988; PBH, 2012).

Desde sua fundação, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti sofreu diversos tipos de degradações, tanto pela perda de aproximadamente 2/3 de sua área original quanto pelo próprio uso que se fazia dele, levando a população da

cidade a identificá-lo como um local perigoso, inadequado para lazer e contemplação com a família. A manutenção do espaço, portanto, fazia-se premente, visto que a primeira reforma do espaço havia acontecido em 1951 (GALERA; GARCIA, 2017; PBH, 2012; PENNA et al., 1992).

A segunda reforma do parque ocorreu como parte de um projeto maior, de revitalização do centro da cidade, que abrangia reformas de diversas partes de Belo Horizonte que careciam de atenção do poder público. Com a realização de parcerias entre a prefeitura e empresas públicas e privadas, muitas dessas obras foram realizadas, tornando o centro da cidade um lugar mais organizado. Incluído nesse projeto, portanto, estava a segunda reforma do Parque Municipal, que ocorreu entre os anos de 1989 (ano da realização do Concurso BH-Centro) e 1993 (apesar de a inauguração oficial ter acontecido em dezembro de 1992, verificamos pelas entrevistas realizadas que as obras prosseguiram até o ano seguinte) (AMORIM, 1993; PENNA, 2019). A revitalização do Parque Municipal incluiu, além de intervenções na infraestrutura, a recuperação arquitetônica, do traçado urbanístico do parque e a paisagística (BAPTISTA, 1997).

A revitalização paisagística, portanto, foi um dos objetivos do projeto e teve papel preponderante na segunda reforma do Parque Municipal, tendo em vista que, mesmo que as ruas e elementos arquitetônicos fossem reformulados, não se obteria o impacto que alcançaram com a revitalização do espaço se a parte de paisagismo não fosse executada. A vegetação é parte essencial em um parque para o uso e apropriação do local pelas pessoas quando o que se busca é a reaproximação e a reconexão dos moradores das grandes cidades com a natureza (LOBODA; DE ANGELIS, 2005; TEIXEIRA, 2007).

Como visto, porém, é necessário conhecimento técnico e capacidade de entendimento interdisciplinar para que um trabalho desse porte seja realizado com a qualidade requerida. As designers paisagistas que participaram do projeto, desde a fase de levantamento até a fase de execução, conseguiram demonstrar como o design, com sua mentalidade projetual de solução de problemas, seu conhecimento técnico e sua visão sistêmica, contribuiu para que pudessem atuar de forma dinâmica e adequada, atingindo os objetivos almejados em todas as etapas do trabalho que se propuseram realizar na segunda reforma do Parque Municipal Américo Renné Giannetti

(ARAUJO, 2019; PENNA, 2019). Demonstraram também ter aplicado a metodologia projetual do design, que coloca o ser humano no centro dos processos, que respeita os valores histórico-culturais tanto dos usuários quanto do local onde o projeto é desenvolvido (CARDOSO; ARAUJO, 2018; HARADA et al., 2016; SOUZA et al., 2018).

As dificuldades relatadas ao longo das entrevistas foram superadas com trabalho árduo, interdisciplinar, organizado e orientado para uma finalidade específica: a conclusão das obras no tempo previsto. Tudo isso para que a população da cidade pudesse desfrutar de um ambiente reformulado por uma melhor qualidade de vida, mesmo vivendo em um grande centro urbano, como é a capital mineira (ARAUJO, 2019; PENNA, 2019).

Percebeu-se, também, com as entrevistas, que grande parte dos envolvidos na reforma não tinha dimensão do tipo de trabalho realizado por designers e nem o quanto o design poderia ser útil em se tratando de resolução de problemas técnicos e de execução de projetos paisagísticos, e no acompanhamento de obras. A desenvoltura profissional das envolvidas oportunizou outras experiências de trabalho com a mesma equipe e a participação em grandes projetos de revitalização de áreas degradadas e arborização de cidades, por exemplo. Experiência que levaram para a sala de aula, enriquecendo a teoria com sua experiência prática e profissional e melhorando o ensino na Escola de Design da UEMG e nos outros locais em que lecionaram (ARAUJO, 2019; PENNA, 2019).

Em relação ao percurso metodológico desta pesquisa, observou-se que a utilização da história oral (DELGADO, 2003; MATOS, SENA, 2011; SELAU, 2004) foi adequada à investigação histórica da função do designer nesse acontecimento relevante para a memória e patrimônio da cidade, visto que os registros documentais oficiais encontrados (AMORIM, 1993; BAPTISTA, 1997; PENNA et al., 1992; TANURE, 1991) tratam do tema de forma generalista, desconsiderando os papéis individuais dos profissionais envolvidos.

A abordagem da micro-história também se mostrou essencial para alcançar estes resultados. O momento histórico vivido pela cidade – que foi iniciado pelo concurso BH-Centro – de revitalização do centro da cidade, em 1989, envolveu diversas obras distribuídas por toda capital acontecendo de maneira concomitante (BARROS, 2007). Assim, a redução da escala de

observação, para um foco no trabalho de reforma do Parque Municipal, mais especificamente na atuação de designers paisagistas, foi essencial para a melhor compreensão do fato e também da função dos designers nesse contexto. Pelo fato de as designers paisagistas responsáveis estarem disponíveis para serem entrevistadas, compreende-se que este material se transforma em fonte primária para futuras pesquisas relacionadas ao tema da segunda reforma o Parque Municipal Américo Renné Giannetti e do papel do designer e do paisagismo na conservação do patrimônio histórico-cultural e paisagístico da cidade de Belo Horizonte.

CONCLUSÃO

Este estudo permitiu destacar a relevância do papel de designers na revitalização do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, que completaram a interdisciplinaridade da equipe responsável e contribuíram sobremaneira no bem-sucedido projeto.

O conhecimento técnico das profissionais, tanto em relação ao projeto e sua execução quanto em relação às espécies vegetais a serem trabalhadas, à necessidade de sua supressão, poda, replantio, plantio ou substituição, foi essencial para que a reforma alcançasse o objetivo, de devolver à população da cidade de Belo Horizonte um ambiente agradável, de contato com natureza em meio à vida urbana da capital mineira.

Esta pesquisa, portanto, alcançou seu objetivo de compreender o papel de designers na revitalização do parque municipal Américo Renné Giannetti na década de 1990, de cujo trabalho apenas se tinham registros documentais esparsos, que não salientavam de maneira específica a atuação de cada uma delas no trabalho.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Helena Maria. Parque municipal de Belo Horizonte: reestruturação e valorização. *Revista Arquitetura Engenharia*. Belo Horizonte, ano 44, n. 167, p. 17-27, jan./fev. 1993.

BAHIA, Cláudio Lister Marques. Belo Horizonte: uma cidade para a modernidade mineira. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 185-200, 2005.

BAHIA, Isabella Pontello. Da Decoração ao Design de Ambientes: mudanças e permanências: um estudo sobre a experiência na Escola de Design da UEMG. *In*: BRAGA, Marcos da Costa; ALMEIDA, Marcelina das Graças de; DIAS, Maria Regina Álvares Correia (org.). **Histórias do design em Minas Gerais**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017, p. 49-68.

BAPTISTA, M. E. Parque Municipal Américo Giannetti. **AP Revista de Arquitetura**, Belo Horizonte, v. 8, p. 30-31, 1997.

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **Opsis**, v. 7, n. 9, p. 167-185, 2007.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996**. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Câmara Municipal, [1996]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1996/716/7165/lei-ordinaria-n-7165-1996-institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-belo-horizonte>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Vestígios de uma utopia urbana. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 44, n. 2, p. 62-79, 2008.

BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2019.

CALVO, Julia. Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v. 14, n. 21, p. 71-93, 2013.

CARDOSO, Deborah Camila Viana; ARAÚJO, Wânia Maria. Design e Interdisciplinaridade: aproximações possíveis com a antropologia. *In*: Colóquio Internacional de Design, 2017, Belo Horizonte. **Anais [...]**. São Paulo: Blucher, p. 796-805, 2018.

DA LUZ, Alan Richard. **O processo de design e a mudança na natureza dos games nos anos 1970 e 1980**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

GALERA, Izabella; GARCIA, Paula M. Brasil. Alegorias do tempo: uma reflexão sobre a transformação da paisagem do Parque Municipal de Belo Horizonte – Minas Gerais. In: XVII ENANPUR, *Anais* [...]. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII>. ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%207/ST%207.8/ST%207.8-02.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **História do paisagismo**. Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP – Curso técnico em paisagismo. Fortaleza, 2012. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/material_didatico/paisagismo/paisagismo_historia_do_paisagismo.pdf. Acesso em: 1 maio 2019.

HARADA, Fernanda Jordani Barbosa; CHAVES, Iana Garófalo; CROLIUS, Wilhelmina Adams; FLETCHER, Valerie; SCHOR, Paulo. O design centrado no humano aplicado: a utilização da abordagem em diferentes projetos e etapas do design. **Revista D: design, educação, sociedade e sustentabilidade**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 87-107, 2016.

LAWSON, Bryan. **How designers think: the design process demystified**. 4. ed. Gran Bretanha: Elsevier, 2005.

LODOBA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**. Guarapava, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005.

MACEDO, Diego Rodrigues; UMBELINO, Glauco. Correlação espacial entre a evolução da mancha urbana e indicadores sócio-demográficos em Belo Horizonte. In: XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. *Anais* [...]. Natal, p. 739-746, 2009. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.17.23.11/doc/739-746.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Obras rústicas e ornamentos: os artífices e a técnica da rocaille para jardins e parques urbanos no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX. **An. mus. paul**. São Paulo, v. 25, n. 3, p. 19-57, set. 2017.

MANSUR, Alexandre. Belo Horizonte tem menos área verde entre as 10 maiores capitais do Brasil. *Revista Época* (on-line), [s. l.], 06 de outubro de 2019. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/10/belo-horizonte-tem-menos-area-verde-entre-10-maiores-capitais-do-brasil.html>. Acesso em: 1 maio 2019.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*. Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. *Revista RA'E GA*, Curitiba: Editora UFPR, n. 8, p. 83-91, 2004.

MEDEIROS, Aline Lúcia N.; CARMO, Laila Gonçalves do; FONSECA, Juliana Martins; RODRIGUES, Marcelo Pereira. Parques Municipais: espaços de refúgio e lazer na região Centro-Sul de Belo Horizonte. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos. *Anais* [...]. Belo Horizonte, jul. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232421276_PARQUES_MUNICIPAIS_ESPACOS_DE_REFUGIO_E_LAZER_NA_REGIAO_CENTRO-SUL_DE_BELO_HORIZONTE. Acesso em: 25 abr. 2019.

OLIVEIRA, Wallace. Mercado das Flores está parado há mais de um ano. *Brasil de Fato* (on-line), Belo Horizonte, 15 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.brasilefatomg.com.br/2018/10/15/mercado-das-flores-esta-parado-ha-mais-de-um-ano>. Acesso em: 30 abr. 2019.

OLIVEIRA, Gilberto Rangel de. *Método de design de interiores no Brasil: uma contribuição dos princípios da ergonomia do ambiente construído*. 2016. Tese (Doutorado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OZANAN, Luiz Henrique. *O curso de design em Minas Gerais: da FUMA à Escola de Design*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio Verde – UNICOR, Três Corações, 2005.

PENNA, Alícia Duarte; CASTRIOTA, Leonardo Barci; BIASIZZO, Maria Angélica Melendi; BAPTISTA, Maria Elisa; SANTIAGO, Carla Ferretti; BAPTISTA, Paulo; SCHMIDT, Ana Maria; FANTINI, Flaminio (org.). *Parque Municipal Crônica de um século*. Belo Horizonte: CRVD, 1992, v. 1, 132p.

PENNA, Mara Galupo de Paula. **Apostila História dos jardins**. Belo Horizonte, 2003, 32p.

PIRES, Sílvia. Mercado das Flores, ponto tradicional de Belo Horizonte, é desativado. **Jornal Estado de Minas** (online), Belo Horizonte, 22 de ago. de 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/08/22/interna_gerais,894131/mercado-das-flores-ponto-tradicional-de-belo-horizonte-e-desativado.shtml. Acesso em: 30 abr. 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). **Parque Municipal Américo Renné Giannetti**. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-municipal-americo-renne-giannetti>. Acesso em: 25 abr. 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). **Parque Municipal: mais de cem anos de história**. Diário Oficial do Município (DOM), Belo Horizonte, ano XVIII, n. 4173, 2012.

RABÊLO, José Maria. **Belo Horizonte do arraial à metrópole: 300 anos de história**. Belo Horizonte: Graphar, 2013, 359p.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Edição especial. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009, 156p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006, 260p. (Coleção Milton Santos).

SELAU, Maurício da Silva. História oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Revista Esboços**, v. 11, n. 11, p. 217-222, 2004.

SOUZA, Felipe Machado de; ROSUMECK, Gisele Baumgarten; SOUSA, Richard; FIALHO, Francisco Antônio. Cultura da marca e design centrado no usuário: pesquisa etnográfica aplicada em projetos de design. **Triades**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 38-54, 2018.

TANURE, Junia. O novo perfil do centro da capital. **Revista Veja Minas Gerais**: as reformas que vão maquiagem o centro de Belo Horizonte, ano 24, n. 15, abr. 1991, p. 6-9.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos. **Análise da apropriação pelos usuários de parque urbanos: estudo de casos na bacia da Pampulha – Belo Horizonte, MG**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS.
Projeto pedagógico: curso de design de ambientes. Belo Horizonte: Escola de Design, 2018, 91p.

WERNECK, Gustavo. Áreas verdes de BH guardam rico tesouro natural e sofrem pressão imobiliária. **Jornal Estado de Minas** (*online*), Belo Horizonte, 17 de março de 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/03/17/interna_gerais,1038611/areas-verdes-de-bh-guardam-rico-tesouro-natural-e-sofrem-pressao-imobi.shtml. Acesso em: 1 maio 2019.

WDO – World Design Organization. Definição de Design Industrial. Gwangju, 2015. Disponível em: <https://wdo.org/about/definition/>. Acesso em: 1 maio 2019.

FONTES

ARAUJO, Maria Antonieta Pato Gomes. **Sobre o projeto parque municipal** (Entrevista cedida a) Deborah Camila Viana Cardoso. Belo Horizonte, 17 mai. 2019, depoimento em áudio, disponível em arquivo digital com duração de 0:15”09. Belo Horizonte, 2019.

PENNA, Mara Galupo de Paula. **Sobre o projeto parque municipal** (Entrevista cedida a) Deborah Camila Viana Cardoso. Belo Horizonte, 17 mai. 2019, depoimento em áudio, disponível em arquivo digital com duração de 0:50”40. Belo Horizonte, 2019.